

Marcos Vilaça pede desligamento do PFL

Araújo



Vilaça insatisfeito

O presidente da LBA, Marcus Vinicius Vilaça, encaminhou ontem carta ao PFL pedindo o seu desligamento do partido. A carta, encaminhada ao presidente interino, deputado Maurício Campos, não cita os motivos para o pedido de desligamento, mas fontes pefelistas asseguram que a atitude já é reflexo da reforma ministerial: Vinicius Vilaça, que chegou a ser cogitado no partido como candidato à chefia do Gabinete Civil, teria ficado irritado com o ministro Marco Maciel por não ter sido ouvido no episódio de nomeação do deputado Joaquim Francisco Cavalcanti para o Ministério do Interior.

Vilaça chegou a expor essa insatisfação num jantar realizado na semana passada na residência de Camilo Calazans, presidente do Banco do Brasil. Ele reclamou que, como filiado ao PFL e pertencente ao mesmo estado do ministro Maciel e do deputado Joaquim Francisco, não poderia ter sido deixado

à margem de todo o processo de nomeação.

Procurado insistentemente ontem, Vilaça não quis falar sobre o assunto, alegando que as informações deveriam ser obtidas na presidência do PFL. Pessoas ligadas a Vilaça procuraram afastar qualquer ligação entre sua atitude e a reforma ministerial, alegando que os motivos são outros. Ele teria ficado magoado com o fato de, como intelectual, nunca haver sido convidado para participar do Instituto Tancredo Neves, do PFL, que lançou ontem uma proposta de Constituição, em estudo elaborado sob a coordenação do deputado Lúcio Alcântara (CE).

Vilaça teria ficado irritado ainda com o fato de não ter sido sequer comunicado da eleição do novo presidente do PFL de Pernambuco, Joel de Holanda, que ocorreu ontem. Como só soube da eleição após o fato consumado, Vilaça não pôde sequer votar, daí o motivo de sua irritação. (Gerson Menezes).



Que país

Norte exige tratamento "especial"

A exemplo dos parlamentares do Nordeste, os nordestinos também querem ter voz e estão se organizando. O deputado Asdrúbal Bentes, do PMDB-PA, quer um tratamento especial para a Amazônia, nos moldes do recebido pelo Nordeste. Segundo o deputado, as cheias dos rios amazônicos cortam as estradas vicinais todos os anos, além de inundarem diversas cidades, sem que se consiga decretar um estado de emergência com a alocação de recursos federais para socorrer a população das áreas atingidas.

Soluções

Uma saída para esse problema, segundo Asdrúbal Bentes, seria a destinação de 5% dos recursos da União para a Amazônia, que está sendo proposta pelo deputado José Dutra do PMDB-AM. Uma outra saída apontada pelo parlamentar, seria a revogação do decreto lei 1164, que destinou 100 km das margens das rodovias federais construídas, em construção ou projetadas, para a União. Essa extensão de terras, segundo Bentes, transformou-se em área de segurança e desenvolvimento nacional. O que o parlamentar da Amazônia reivindica, é a devolução dessas áreas para os estados. "No Pará, somente 13% do seu patrimônio fundiário são geridos pelo próprio Estado, o resto, é com a União", afirmou o deputado.

Propostas

Fazendo uma análise sobre a situação do Nordeste do Brasil, mostrando o desemprego, a mortalidade infantil e as diferenças regionais que impedem o desenvolvimento igualitário, o deputado Iberê Ferreira de Souza (PFL-RN) deu entrada na Assembleia Nacional Constituinte de três sugestões constitucionais, que podem diminuir as desigualdades regionais. O deputado, que é vice-líder do PFL, propôs: a criação de regiões de desenvolvimento e revitalização da agência de desenvolvimento regional; regionalização do orçamento público e o de diferencial tributário.

A primeira proposta é no sentido de superar o esvaziamento da Sudene, que segundo o deputado está marginalizada desde que em 1972 modificou o sistema de captação e de planejamento. Pretende o deputado, que a exemplo das regiões metropolitanas, sejam criadas regiões de desenvolvimento, marcadas por características comuns e onde um trabalho possa ser desenvolvido com a centralização de recursos e minimização de custos.

Em cada região dessas, seriam instituídas as agências de desenvolvimento regional, que competiria a coordenação a supervisão dos serviços de interesse público e os a serem definidos em leis complementares, como o uso do solo, recursos hídricos, educação, saúde, segurança pública e transporte. As assembleias legislativas estaduais caberia harmonizar a legislação tributária, de maneira a que facilitasse o desenvolvimento regional. Com essas propostas, Iberê entende que pode combater o esvaziamento e a marginalização que a Sudene está sofrendo.

FAB leva constituintes a audiências

Sem verbas para atender às solicitações de deslocamento dos membros das subcomissões e comissões, a Assembleia Nacional Constituinte vem recebendo um grande apoio do Ministério da Aeronáutica, que tem liberado aeronaves para conduzir os constituintes e a imprensa aos locais onde se realizam audiências públicas fora de Brasília.

Na Subcomissão de Reforma Agrária, por exemplo, as duas viagens realizadas foram em aviões da FAB. Na primeira, para Recife, em um aparelho Brasília (de fabricação nacional e de relativo conforto) e na segunda, com a utilização de um Bandeirantes, que fez o trajeto até Araguaína, com pouso para reabastecimento em Porto Nacional.

O atendimento das tripulações da FAB foi destacado pelos constituintes, principalmente quanto ao cumprimento do horário, mesmo em condições adversas, como na viagem para Araguaína, onde o aeroporto não conta com sistema de rádio nem condições de reabastecimento.

Prefeito não quer mandato prorrogado

"Os prefeitos e vereadores brasileiros não querem a prorrogação de seus mandatos, e muito menos a definição de um mandato-tampão de dois anos para permitir a coincidência de eleições em 1990", disse ontem o vereador Luís Augusto de Carvalho, presidente da Associação Municipalista do Brasil, que está realizando em Brasília, até hoje, o II Congresso Municipalista do Brasil.

Ontem à tarde, os cerca de dois mil participantes realizaram uma marcha do Centro de Convenções ao Congresso Nacional, com o objetivo de sensibilizar os constituintes para esta e outras questões.

O documento final do encontro será entregue hoje à tarde ao presidente da Assembleia Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, de acordo com Luís Augusto de Carvalho.

Deputado vê loteamento do Tocantins

"A criação do estado do Tocantins conseguiu unir todas as forças políticas do norte de Goiás, mas a sua estruturação pode trazer problemas, pois já existem grupos e pessoas defendendo a criação como forma de loteamento político e acobertamento das ilegalidades que estão praticando na região". A denúncia é do deputado estadual Edmundo Galdino (PMDB), que se posiciona como defensor dos posseiros e trabalhadores rurais do Tocantins.

Citando que as marcas registradas do norte de Goiás são o esquecimento das autoridades, a violência e a impunidade, Edmundo (ele mesmo vítima de um atentado que o deixou em uma cadeira de rodas) diz que mesmo no PMDB existem setores comprometidos com os coronéis, com juizes venais e até a polícia, sempre contra os interesses da população.

Roraima

A Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios, presidida pelo deputado Jofran Frejat (PFL-DF), ouviu ontem o governador do território de Roraima, Getúlio Cruz, e o prefeito de Macapá (capital do Amapá), Raimundo Azevedo Costa.

Getúlio Cruz defendeu a transformação do território de Roraima em estado, com base nas suas potencialidades econômicas.

Imprensa ainda vetada



Ainda não encontrada uma solução para o problema criado com a proibição do trabalho dos jornalistas credenciados junto a Presidência da República. Enquanto os profissionais de imprensa realizaram uma assembleia e decidiram encaminhar uma solicitação de audiência com o presidente da República, os assessores e funcionários da Secretaria de Imprensa e Divulgação não permitiram, ontem, a tarde que os jornalistas tivessem acesso ao terceiro andar, criando, inclusive situação

embaraçosa para o governador Pedro Simon, que teve de se deslocar até a portaria para falar a imprensa.

Na assembleia realizada na tarde de ontem (foto) os jornalistas formaram uma comissão para discutir o assunto e apresentar sugestões. Além do presidente do Comitê de Imprensa "Tancredo Neves", jornalista Bartolomeu Rodrigues, integram a comissão Mário Nelson Duarte, Márcio Braga, Moreira Mariz e Denise Maueño.

Frente Liberal propõe um Legislativo forte

A executiva nacional do PFL recebeu às 16 horas de ontem uma proposta de Constituição elaborada pelo Instituto Tancredo Neves, órgão de estudos políticos econômicos e sociais do partido, que propõe, basicamente, um presidencialismo atenuado, com maiores poderes para o Legislativo, segundo informou o presidente do Instituto, deputado Lúcio Alcântara (PFL/CE).

O estudo, que foi encomendado pela executiva nacional, é na opinião de Lúcio Alcântara, "uma prova que o PFL não está omissivo e vem estudando os principais temas de interesse nacional". Com pouco mais de 200 artigos, a proposta mantém o presidencialismo mas cria a figura do "voto de desconfiança aos ministros" na competência do Legislativo, o que, na prática, dá ao Congresso poderes para exonerar membros do ministério.

O mandato presidencial também foi fixado na proposta em cinco anos, mas não atinge o presidente Sarney, pois a

sugestão é de que as próximas eleições sejam realizadas em novembro de 1988. Esse mandato de cinco anos também se estende aos demais cargos eletivos como governadores, prefeitos, vereadores, deputados estaduais e federais e até mesmo senadores, que atualmente gozam de mandatos de oito anos.

Outra alteração significativa contida na proposta é a diminuição do número de ministérios, atualmente 27, incluído os gabinetes Civil e Militar e o SNI, para apenas 10, com a transformação dos gabinetes em secretarias da Presidência da República e a inclusão do SNI, juntamente com os demais ministérios militares, no Ministério da Defesa, segundo sugestão de Lúcio Alcântara, que não é boa, contida na proposta. De acordo com o presidente do Instituto Tancredo Neves se propõe, apenas, a redução para 10 pastas, mas deixa-se a discussão em aberto para a melhor reorganização do gabinete presidencial.

Violência domina a cidade de Araguaína

Araguaína, distante 1 mil 300 quilômetros de Goiânia, é uma das cidades que briga para ser a capital do futuro Estado do Tocantins. Quem defende a tese argumenta que a cidade tem boa localização, a melhor infra-estrutura, tem 100 mil habitantes, muitas propriedades rurais e milhares de hectares plantados. Na cidade, as campanhas publicitárias falam na nova capital. Mas, paralelamente, os muros de Araguaína estão pixados com frases de agressões mútuas entre o prefeito e os vereadores. Nas esquinas, os trabalhadores rurais falam com medo. Sem medo falam os padres nas igrejas e os dirigentes sindicais. Na Praça das Nações, a maior da cidade, um pistoleiro pode ser contratado a qualquer preço. Pior, nem a Polícia Militar nem a Justiça merecem a confiança da população.

Foi este quadro que a subcomissão que trata da reforma agrária viu no último fim de semana, quando foi até aquela cidade ouvir propostas e conhecer os detalhes da violência. Uma violência que tem sua marca na presença da UDR e da grilagem de terra, "com a cumplicidade da Justiça e apoio da Polícia Militar", como denuncia o deputado Edmundo Galdino (PMDB-GO). Ele mesmo foi

vítima dessa violência, quando no dia 3 de junho de 1985 recebeu diversos tiros de revólver e se encontra imobilizado em uma cadeira de rodas.

A comissão ouviu relatos de pessoas que perderam suas terras com a interferência da polícia, que na maior parte das vezes, como denunciaram as lideranças de trabalhadores rurais e posseiros, se mistura aos pistoleiros contratados a peso de ouro. Até mesmo as entidades encarregadas de tratar de assuntos da reforma agrária, como o Getat, são acusadas de tratar mais dos interesses dos coronéis. Falsificação de procurações, expulsão de colonos e assassinatos são uma constante na região, onde, de acordo com a Comissão Pastoral da Terra, nos últimos 5 anos foram mortos 66 posseiros, e nenhum inquirido foi instalado.

Enquanto a população e a Câmara dos Vereadores discutiam a honestidade do prefeito Cornélio de Barros (PMDB), com os vereadores pedindo o seu afastamento, o posseiro Mário Pedro de Oliveira e sua mulher Maria Martins de Oliveira viam a sua propriedade ser invadida pelo comerciante João Halun, presidente local da UDR, em companhia do candidato a vice-governador na chapa do PDC, Joaquim Quinta, e mais 150 homens armados.